

fará expurgos no INPC e ORTN

O Governo decidiu não promover a desindexação da economia, mas, adotar uma sistemática generalizada de expurgos, com o objetivo de evitar a realimentação inflacionária motivada pela indexação de elevações anormais dos preços.

O anúncio foi feito ontem pelo porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Átila, após ter ouvido os ministros do Planejamento, Delfim Netto, e do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, que trabalham conjuntamente na formalização de medidas legais complementares ao "pacote" econômico, recentemente adotado.

Ao dar a informação, o porta-voz do Palácio do Planalto chamou atenção para dois pontos importantes: o novo procedimento será adotado de forma a não penalizar a classe assalariada e não prejudicar os rendimentos das caderetas de poupança.

O secretário de Imprensa da Presidência disse não dispor de elementos para esclarecer como será possível expurgar dos índices as elevações atípicas, de forma que os assalariados e os pequenos investidores não saiam perdendo. Segundo ele, a preocupação básica é de não permitir que os efeitos colaterais de medidas antiinflacionárias e de accidentalidades continuem puxando os índices para cima, realimentando um ciclo vicioso que não permite a debelação espiral inflacionária.

— Não se trata de desindexação, mas de não transpor para os índices certas variações decorrentes de causas determinadas. A tendência é fazê-lo não somente em relação ao INPC, que serve de base para o cálculo dos reajustes salariais, mas também sobre os outros índices — afirmou Carlos Átila.

O EXPURGO

Um sistema de expurgo generalizado atingiria o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), o Índice Geral de Preços (IGP), as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) — correção monetária — e o sistema cambial. O porta-voz do Planalto disse, porém, que ainda "não há uma decisão completa sobre os índices, formas e variações que serão considerados". Apenas ressaltou que o Governo está levando em conta a preocupação básica de que "haja um equilíbrio, de forma a que não se penalize a classe assalariada".

— Toda a preocupação está em romper a cadeia de realimentação inflacionária — disse Carlos Átila, admitindo, em seguida, que há uma preocupação específica

com impacto inflacionário, como o corte dos subsídios ao petróleo e ao trigo.

— Na medida em que certas medidas antiinflacionárias que são adotadas tem como consequência a elevação de alguns preços, preços esses que tendem a volta ao seu comportamento normal, torna-se necessário a adoção de expurgos, para que esses fatores não prossigam puxando irremediavelmente para cima as taxas inflacionárias — disse Carlos Átila, referindo-se especificamente ao caso dos cortes dos subsídios.

O porta-voz do Planalto insistiu em deixar claro que o Governo não está planejando a desindexação da economia, uma vez que os índices existentes continuarão em vigor. Eles serão apenas administrados, de forma a não realimentar a inflação.

OPINIÕES VARIADAS

O porta-voz do Planalto informou que o Palácio do Planalto tem procurado ouvir opiniões de pessoas abalizadas, como também acompanhar o debate econômico — particularmente no que se refere ao problema dos índices — e auscultado tendências, inclusive dentro do congresso, para partir para a elaboração de novas medidas.

Segundo Carlos Átila, o Governo está procurando agir com o máximo de cautela, tendo em vista a delicadeza do assunto. Ressaltou, porém, que das observações que o Governo tem feito sobressai a conclusão de que existe unanimidade de opiniões quanto a necessidade de medidas concretas para a correção do ciclo vicioso que mantém a cadeia inflacionária.

"NOVA MANIPULAÇÃO"

Uma fonte da área acadêmica manifestou ontem o temor de que o Governo, ao aplicar uma sistemática de expurgos, esteja apenas legalizando uma forma de manipulação de índices que já foi, segundo o especialista consultado, posta em prática na administração anterior.

— Na opinião dessa fonte, um sistema de expurgos poderá constituir-se apenas numa forma abrandada e gradual de desindexação da economia, que não poderia ser adotada de uma vez, sob pena de se ter uma convulsão social no país, caracterizada por um ciclo de greves generalizadas e quebra-quebras. Essa desindexação parcelada, segundo o analista, não evitaria, no entanto, uma série de reações por parte dos setores afetados, até mesmo porque não há meios de se promover expurgos sem que alguém saia perdendo.